

economia

Fazenda diz que quadro fiscal foi 'compreendido'

Medidas de ajuste fiscal são esperadas para esta semana; nesta segunda e terça-feira reuniões formataram medidas

/ CONJUNTURA

Sob pressão do mercado para apresentar um pacote de corte estrutural de gastos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as medidas poderão ser anunciadas ainda nesta semana. Segundo ele, "as coisas estão muito adiantadas do ponto de vista técnico".

"Em relação à Fazenda, temos várias definições e que estão muito adiantadas, o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) passou o final de semana, inclusive, trabalhando no assunto. (Lula) Pediu que técnicos viessem a Brasília para apresentar detalhes para ele. Eu penso que nós estamos na reta final", afirmou o ministro, depois de um

primeiro encontro com Lula para tratar de assuntos do G-20.

Depois disso, à tarde, Haddad voltou a se reunir com o presidente, desta vez para a discussão das medidas de corte de despesas. Além do titular da Fazenda, também estavam presentes os ministros Rui Costa (Casa Civil), Esther Dweck (Gestão e Inovação) e Simone Tebet (Planejamento). Ainda foram chamados ao Palácio do Planalto Camilo Santana (Educação), Nísia Trindade (Saúde) e Luiz Marinho (Trabalho) - cujas pastas são hoje o principal alvo das medidas de cortes.

A reunião, que durou cerca de 3 horas e 30 minutos, terminou sem anúncios. Em nota, o Ministério da Fazenda disse que ela serviu

para que o quadro fiscal do País fosse "apresentado e compreendido" - assim como para conhecer "as propostas em discussão".

Para o economista-chefe da Equador Investimentos, Eduardo Velho, se o governo não promover "um corte robusto" de gastos públicos, entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões, além de adotar cláusulas de ajuste nas despesas obrigatórias, o dólar à vista poderá retomar a trajetória de forte alta.

"Será preciso avaliar as medidas fiscais para saber se a recuperação do real não será apenas pontual", disse ele. "As atenções do mercado se voltam para o valor exato dos cortes que serão anunciados pelo governo", concorda Inácio Alves, analista da Melver.



Analistas aguardam por um corte 'robusto' nos gastos públicos

Encontros sobre cortes incluem cinco dos seis maiores orçamentos da Esplanada

A reunião realizada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a marcada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, indicam que as medidas de contenção de despesas do governo federal poderão atingir cinco dos seis ministérios com maior orçamento na Esplanada - e que já estão na mira desde as ações de pente-fino. Desse grupo, só a Defesa está fora das conversas até o momento.

No quadro consta a dotação orçamentária atual dos seis ministérios com mais dinheiro. O levantamento foi feito com informações baixadas na segunda-feira do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), plataforma que extrai dados do sistema de contabilidade do Executivo federal.

Foram descartados orçamentos que não aparecem vinculados a orçamentos específicos, como a dívida pública e as transferên-

cias a Estados e municípios.

A reunião comandada por Lula na segunda-feira teve participação dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão), que comandam pastas relacionadas ao funcionamento do governo de forma ampla, e dos ministros Camilo Santana (Educação), Luiz Marinho (Trabalho) e Nísia Trindade (Saúde).

Esses últimos operam algumas das principais políticas públicas do governo e podem ser afetados por cortes.

No caso de Saúde e Educação, o que está sendo aventado é a fixação de um limite de 2,5% para o crescimento dos pisos dessas áreas. O avanço do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) também está no radar, já que a participação da União neste fundo tende a crescer nos próximos anos.

Já em relação ao Trabalho, políticas como o abono salarial e o seguro-desemprego estão na lista de ações que podem ser revisadas. O diagnóstico sobre o abono já foi feito por técnicos há alguns governos, concluindo que o gasto é ineficiente porque protege uma camada da população que já tem proteção. Já o seguro-desemprego é uma das despesas que chamou a atenção da equipe econômica pelo aumento apesar do bom nível de trabalho no País. O crescimento desses gastos está relacionado, também, à política de valorização do salário mínimo.

As 16 horas desta terça Rui Costa continuará as discussões em uma reunião com os ministros do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, e da Previdência, Carlos Lupi. Eles são responsáveis pelas aposentadorias e pelos principais programas sociais do governo. Suas Pastas estão no

topo dos orçamentos da Esplanada, e já foram alvo de pentes-finos neste ano.

A expectativa do governo é de que a revisão de benefícios previdenciários gere uma economia de R\$ 9,05 bilhões neste ano. No Desenvolvimento Social, desde o início do governo vem sendo feito um trabalho de revisão no Cadastro Único (CadÚnico), que é a porta de entrada para os programas sociais, como o Bolsa Família. Adicionalmente, a explosão de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um tipo de aposentadoria pago a idosos ou pessoas com de-

ficiência mais pobres, colocou o programa no radar do governo, que tenta conter o avanço dessa despesa.

A Defesa, que não estava representada nas conversas de segunda-feira e não tem participação prevista para a desta terça, é uma das áreas politicamente mais sensíveis do governo. Lula está reconstruindo aos poucos sua relação com os militares, que aderiram em massa ao bolsonarismo no governo passado. Um dos principais pontos desse esforço, comandado pelo ministro José Múcio Monteiro, é evitar retirar recursos do setor.

Dotação atual

- ▶ Ministério da Previdência Social - R\$ 942,5 bilhões;
- ▶ Ministério do Desenvolvimento Social - 285,5 bilhões;
- ▶ Ministério da Saúde - 236,9 bilhões;
- ▶ Ministério da Educação - R\$ 186,8 bilhões;
- ▶ Ministério da Defesa - R\$ 127,7 bilhões;
- ▶ Ministério do Trabalho - R\$ 111,1 bilhões.

Copom define Selic hoje em meio à indefinição sobre as novas medidas fiscais

O Comitê de Política Monetária (Copom) deu início ontem à reunião que definirá a taxa Selic, em meio à disparada da percepção de risco fiscal e à indefinição sobre o pacote de corte de gastos do governo. Conforme a pesquisa, é praticamente unânime no mercado a expectativa pela aceleração do ritmo de aperto dos juros, de 0,25

ponto percentual para 0,50 ponto percentual, levando a taxa a 11,25% ao ano.

Nas últimas declarações públicas antes do período de silêncio, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e diretores da autarquia enfatizaram que a incerteza fiscal tem adicionado prêmios aos ativos e às expectativas. Um "choque

fiscal positivo", entendido pelo mercado como uma medida estrutural para garantir a sustentabilidade das contas públicas, seria necessário para permitir juros menores, disseram.

Ao que tudo indica, esse choque dificilmente virá antes da decisão. Na noite de segunda-feira, após uma reunião entre o presidente da Repú-

ca, Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Nísia Trindade (Saúde), Luiz Marinho (Trabalho) e Camilo Santana (Educação), a Fazenda informou em nota que o quadro fiscal do País foi "apresentado e compreendido".

Enquanto a indefinição permanece, a tendência é de que o Copom endureça o tom sobre a política fiscal no seu comunicado. As projeções do mercado já indicam que a taxa Selic terá de subir até 12,50% no fim do ciclo. Mesmo assim, os economistas continuam aumentando as suas projeções para a inflação no horizonte relevante.